

Autor (a): Ana Fernanda Inocente Oliveira

Orientador (a): Karina Lilia Pasquariello Mariano

Título: Estado, Sociedade e Políticas Públicas de Educação: O PCN de História no contexto das políticas neoliberais dos anos de 1990

Nível: Mestrado

Defesa: 24/02/2010

Resumo: Esta pesquisa concentra-se no estudo de uma política pública educacional brasileira para o Ensino Fundamental I, que se institucionaliza a partir dos anos 90 no Brasil, mais especificamente em 1996-97, influenciada pela conjuntura política, econômica e social de décadas anteriores. Tem como objeto de estudo o documento oficial de política educacional: PCN de História para o Ensino Fundamental I. Para tanto, esta pesquisa se dividirá em dois importantes momentos. O primeiro dará destaque a uma investigação e análise dos objetivos e estratégias do Banco Mundial, especialmente, e demais organismos internacionais para as políticas públicas de educação básica I – no Brasil – na década de 90 do século passado. O segundo momento dará destaque à investigação do PCN de História para o Ensino Fundamental I e seus fundamentos teóricos. A pesquisa tem como objetivo verificar se essa política curricular possui uma proposta subjacente aos objetivos dos organismos internacionais, colocando-se como elemento auxiliador destes para execução de suas metas. Sendo assim, a tese aqui revelada é a de que o PCN de História para o Ensino Fundamental I possui um caráter alienador, uma vez que apresenta uma proposta subserviente à lógica do capital, em detrimento de uma lógica humanizadora.

Autor (a): Andréia Farina de Faria

Orientador (a): Leila de Menezes Stein

Título: Reestruturação produtiva e qualificação profissional: um estudo de caso sobre a cadeia do fumo

Nível: Mestrado

Defesa: 20/04/2010

Resumo: A dissertação busca retratar a dinâmica da cadeia produtiva do fumo. O objetivo geral envolve dois aspectos: discutir a reestruturação produtiva do setor que se estende do campo à produção fabril, e problematizar a qualificação profissional dos trabalhadores envolvidos na cadeia do fumo, visto que se trata de uma cadeia coordenada por multinacionais que detém as inovações tecnológicas utilizadas ao longo da cadeia produtiva do fumo/cigarro. O objetivo específico é discutir tais aspectos a partir de um estudo de caso, envolvendo a empresa Souza Cruz S/A, visto

que esta está presente nos dois ramos da produção, ou seja, na produção agrícola integrada e na fabricação de cigarros. O controle da cadeia se dá então de forma específica, coordenada por uma política integrada, denominada Supply Chain, na qual a ausência de qualificação profissional no campo torna-se um instrumento de controle no campo, ao passo que na indústria o discurso da qualificação profissional aumenta a intensificação do trabalho na fábrica. Ademais, também caracterizamos uma nova forma de relação interfirmas existente entre empresas fumageiras, empresas agroquímicas e agricultores integrados. O estudo de caso realizado no ano de 2009 deu-se a partir de entrevistas com agricultores e entidades representativas localizadas no município de Santa Cruz do Sul/RS (maior complexo fumageiro do mundo). A pesquisa realizada na unidade produtiva da Souza Cruz S/A em Uberlândia/MG deu-se durante o ano de 2008 e compreende o período 1990-2007, no qual a empresa implementou seu projeto de reestruturação produtiva. Palavras chaves: produção integrada, qualificação profissional, setor de fumo, reestruturação produtiva, relação interfirmas.

Autor (a): Cristhiane Aparecida Falchetti

Orientador (a): Maria Teresa Miceli Kerbaux

Título: Participação Popular nas Políticas Sociais: um estudo sobre os conselhos e a experiência do Conselho Municipal de Assistência Social de Araraquara

Nível: Mestrado

Defesa: 23/04/2010

Resumo: O presente trabalho trata do processo de democratização no Brasil a partir das novas formas de participação que se desenvolveram, principalmente, na década de 90, verificando em que medida os conselhos de políticas públicas ampliam a arena decisória e favorecem um maior protagonismo popular na gestão das políticas sociais. A análise volta-se para a política socioassistencial, discutindo suas características, mudanças e articulação em relação à participação. Desta forma, o estudo envolve dois eixos: o primeiro busca articular os elementos conceituais, políticos e sociais que teriam dado sustentação e materialidade aos conselhos; e o segundo concentra-se na relação Estado/sociedade e em que medida os conselhos interferem nessa relação alterando os resultados das deliberações, ou seja, alterando o conteúdo das políticas sociais. A pesquisa é composta por estudo teórico sobre o processo de democratização e reforma do Estado no Brasil, discutindo as noções de participação, cidadania, sociedade civil e descentralização; e análise empírica, em que analisamos essas questões no contexto do município de Araraquara e o Conselho Municipal de Assistência Social. A análise busca entender em que medida a inserção dos novos mecanismos participativos altera a gestão das políticas públicas

e influencia a arena decisória local. Ao estudar o Conselho Municipal de Assistência Social, buscamos verificar como esse espaço é ocupado pela sociedade civil e qual a influência do conselho sobre a gestão da política municipal. O período estudado foi de 2001-2008, compreendendo três gestões do conselho e duas gestões do PT (Partido dos Trabalhadores) no Poder Executivo.

Autor (a): Eliana Barreto de Menezes Lopes

Orientador (a): Maria Teresa Miceli Kerbauy

Título: Desenvolvimento local-territorial e o Programa Territórios da Cidadania: o território integração norte pioneiro (PR)

Nível: Doutorado

Defesa: 18/06/2010

Resumo: A abordagem territorial do desenvolvimento assumiu lugar de destaque nas políticas públicas estatais, norteando também ações originadas de distintas organizações da sociedade. O enfoque territorial, influenciado pelas análises relacionadas aos distritos industriais, destaca-se como uma forma específica de tratar processos e situações delimitados espacialmente. No Brasil, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde 2003 o adotou estrategicamente por meio do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat). Em 2008 ocorreu a implantação do Programa Territórios da Cidadania, desdobramento do Pronat e política de desenvolvimento rural direcionada à dinamização de territórios deprimidos, constituídos por pequenos municípios e que compreendem áreas e atividades rurais e urbanas, superando a ênfase setorial do mundo rural. A análise dos pressupostos subjacentes à adoção dessa estratégia nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil, realizada por meio do estudo da constituição do Território Integração Norte Pioneiro (PR), indica que a ênfase dessa política recai mais sobre a efetividade da descentralização do que na concretização da gestão social.

Autor (a): Eliana Silvestre

Orientador (a): Augusto Caccia-Bava Junior

Título: O adolescente em conflito com a lei: política socioeducativa de direitos

Nível: Doutorado

Defesa: 05/05/2010

Resumo: Esta pesquisa aborda a política socioeducativa de direitos para o adolescente em conflito com a lei, com ênfase nas medidas socioeducativas executadas no município de Maringá, localizado na região Norte do Estado do

Paraná. Essa política se encontra no arcabouço jurídico-institucional (lei e sistema) do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069/1990, voltada para a proteção integral de crianças e adolescentes até 18 anos de idade e, em condições especiais, entre 18 e 21 anos. O estudo de base analítico-documental tem como objetivo a análise qualitativa da política socioeducativa de direitos, observando os quesitos sobre o cumprimento das decisões judiciais, quando inserida em programas socioeducativos, tomando como referência os aspectos da execução, natureza, tipologia, modalidades e financiamento. A abordagem qualitativa segundo Minayo (2007(a)) aprofunda-se no mundo dos significados, o qual deve ser exposto e interpretado primeiramente pelos próprios sujeitos pesquisados. Na presente investigação, a observação e a análise documental com pesquisa de campo (entrevistas semiestruturadas) embasaram a compreensão e a síntese desta. Para a consecução da análise foram entrevistados conselheiros municipais dos direitos da criança e do adolescente, conselheiros tutelares, educadores sociais do Centro de Referência Socioeducativo e a Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania. As entrevistas consideradas a base empírica da pesquisa, quando foram destacados os limites e as capacidades apresentadas pelos sujeitos entrevistados na concretização da proteção integral e, nesse sentido, possibilitaram apreender as convergências e divergências indicadas na sua atuação prática.

Autor (a): Livia Maria Terra

Orientador (a): Dagoberto José Fonseca

Título: Negro suspeito, negro bandido: um estudo sobre o discurso policial

Nível: Mestrado

Defesa: 25/02/2010

Resumo: Essa dissertação Negro Suspeito, Negro Bandido: um estudo sobre o discurso policial pretende uma interpretação do discurso policial militar no século XXI sobre a figura do “suspeito” – e seus respectivos desdobramentos sociais, políticos e históricos – em relação a grupos étnico-raciais marginalizados pela consolidação de pressupostos teóricos que surgiram em fins do século XIX no Brasil, em especial nas contribuições de Raimundo Nina Rodrigues. Valendo-nos de referências teórico-metodológicas da Sociologia e da História brasileiras, daremos vozes aos discursos pessoais e consequentemente aos discursos institucionais, evidenciando um processo político que buscou, até meados do século XX, construir e justificar as supostas desigualdades humanas.

Autor (a): Luís Fernando Iozzi Beitum

Orientador (a): Angelo Del Vecchio

Título: Estado e administração pública no pensamento social brasileiro

Nível: Mestrado

Defesa: 12/03/2010

Resumo: O presente trabalho tem como finalidade a identificação dos fundamentos de uma sociologia da Administração Pública brasileira. Para tanto, uma gama de formulações teóricas são estudadas a fim de obter um panorama sobre as interpretações a respeito da natureza da Administração Pública no país. A metodologia deste trabalho consiste, portanto, em estudar o pensamento social brasileiro relativo à formação histórica do Estado brasileiro e suas implicações para a sua administração pública. Para tanto, adotamos duas grandes categorias do pensamento social brasileiro: a primeira vertente traz, fundamentalmente, a discussão sobre o país patrimonialista, cujas referências críticas atribuem uma cultura particularista do Estado para com o trato da coisa pública; a segunda discute a ação tutelar do Estado sobre a sociedade, cuja finalidade seria concretizar uma nação organizada e cumprir sua missão civilizatória sobre a sociedade. Ao articular tais vertentes interpretativas temos uma concepção comum a ambas: a administração pública brasileira é de natureza peculiar, derivada de uma densa rede de relações entre Estado, instituições e sociedade civil. Complementarmente, interessa-nos localizar determinados legados históricos, que persistem a despeito das sucessivas reformas pelas quais passou o aparelho do Estado brasileiro. Assim, delineado o contexto histórico reformista e dadas as exposições, contraposições e proximidades entre os autores, traçamos um panorama sobre a administração pública no contexto do pensamento social brasileiro. A intenção, portanto, é contribuir para uma tipificação, ainda que preliminar, dos trabalhos de viés sociológico sobre a administração pública no Brasil.

Autor (a): Marcelo Lira Silva

Orientador (a): Maria Ribeiro do Valle

Título: O Neocontratualismo de Norberto Bobbio e John Rawls no contexto de Neoliberalismo e crise estrutural do capital

Nível: Mestrado

Defesa: 29/03/2010

Resumo: O neocontratualismo, tanto de Norberto Bobbio quanto de John Rawls – bem como os princípios neoliberais –, renasce em um contexto de *Revolução Passiva*, a partir da qual se articula e se desenvolve um processo *contra-reformista*,

caracterizado pela prática de *transformismo* e reorganização de uma hegemonia civil liberal-burguesa. A (re)propositura do (neo)contratualismo no pós-guerra (1945) tinha o caráter de reconstituição do poder de classe liberal-burguês, sustentado pela fusão entre capital produtivo e financeiro; reconstituição que, doravante, desenvolveu-se em certa ofensiva da economia política do capital contra a do trabalho. O notado processo de expansão de certa cultura democrática experimentada na *Era de Ouro* do capital foi interrompido pela abertura de um processo *contra-reformista* de retração de todos os avanços políticos, econômicos e sócio-culturais experimentados naquele período.

Autor (a): Marco Aurélio Maia Barbosa de Oliveira Filho

Orientador (a): Leila de Menezes Stein

Título: Cultura Solidária e Cooperativas Populares. Rotatividade dos Sócios e desafios à autogestão. Um estudo de caso em São Carlos, Brasil.

Nível: Mestrado

Defesa: 15/04/2010

Resumo: É observada, no atual contexto da sociedade capitalista, a manifestação em escala crescente de empreendimentos cooperativos baseados na autogestão. Tendo surgido e se desenvolvido no movimento operário em meados do século XIX, na perspectiva de uma sociedade mais justa e igualitária, com base socialista, essa forma de organização do trabalho tem sido adotada (e adaptada) pelo movimento da Economia Solidária após o contexto de crise instaurado por volta da década de 1970. O caráter voluntário da adesão aos empreendimentos coletivos fica comprometido em contextos de crise econômica, nos quais as possibilidades de ocupação são reduzidas. Deste modo, grande parte das pessoas acaba ingressando nos empreendimentos alheias ao seu projeto ideológico. A proposta desta pesquisa é sistematizar informações acerca da rotatividade de sócios em uma cooperativa de trabalho, com dez anos de existência, 327 sócios e 271 ex-sócios. A falta de um quadro estável de sócios pode conferir ao empreendimento um caráter de trabalho paliativo e lhe trazer uma série de problemas. Por meio de análises documentais e de entrevistas com atuais e ex-cooperados, analisou-se variáveis que poderiam estar relacionadas ao alto índice de rotatividade de sócios. O pouco tempo de permanência como sócios na cooperativa e a preferência pelo trabalho com relação de emprego representaram uma influência significativa na questão da alta rotatividade. Com base na pesquisa foram ainda indicados alguns fatores que poderiam auxiliar na permanência do sócio no empreendimento por um tempo prolongado, durante o qual possa se envolver mais ativamente e absorver melhor a proposta do empreendimento.

Autor (a): Paulo Alves Junior

Orientador (a): José Antonio Segatto

Título: Um intelectual na trincheira: José Honório Rodrigues, um intérprete do Brasil

Nível: Doutorado

Defesa: 19/04/2010

Resumo: Este trabalho pretende recuperar a trajetória do intelectual carioca José Honório Rodrigues que, ao longo de sua vida, tematizou a respeito da teoria e metodologia da História e, a partir do decênio de 1950, passou a centrar sua obra na produção de uma interpretação da sociedade brasileira. A ruptura dos anos 50 pauta-se pelo ideário assumido pelo autor, isto é, o nacionalismo-liberal, sendo que este foi a base de suas tematizações e de sua interpretação do Brasil. O núcleo interpretativo oferece uma compreensão do país tendo a conciliação como base de explicação da sociedade, pois a partir dessa reflexão o autor aponta para os momentos em que a liderança política, assumindo a “conciliação” com o povo, proporciona a melhoria nas condições de vida do povo e, dessa forma, evita a prática de uma “História Cruenta” por parte das lideranças antipovo. Essa análise de José Honório foi determinante para sua crítica aos rumos da sociedade no contexto posterior ao golpe civil militar de 1964, denominado o período como “Generalismo presidencial”. Sua crítica ao “presidencialismo imperial” dos militares o levou a assumir uma postura de reflexão e posicionando de forma ativa na “Política Externa Independente”, a partir de 1965. Sendo assim, nosso intuito é recuperar todo esse contexto que permite a identificação de José Honório Rodrigues como um intérprete da sociedade brasileira.

Autor (a): Paulo Silvino Ribeiro

Orientador (a): Angelo Del Vecchio

Título: “Prescrições médicas” contra os males da nação: Diálogos de Franco da Rocha na construção das Ciências Sociais no Brasil

Nível: Mestrado

Defesa: 08/04/2010

Resumo: O presente trabalho é um estudo sobre as relações e contribuições do pensamento médico (do último quartel do século XIX) para com o processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. Mais especificamente, o objeto de estudo se define não apenas pela tentativa de reiterar o papel de um grupo específico de intelectuais na construção de um pensamento social brasileiro, mas vai além, pois, mantendo-se nessa mesma temática, busca-se aqui trazer à tona uma reflexão

sobre o trabalho intelectual – que, em grande parte, revela-se também político – de um dos nomes mais importantes da história da psiquiatria e do alienismo brasileiro, Dr. Francisco Franco da Rocha. O que se levanta como hipótese é a existência de uma peculiar análise social elaborada na esteira do desenvolvimento da medicina psiquiátrica no Brasil, mais especificamente empreendida por este médico paulista. Para tanto, a metodologia adotada pautou-se pelo cotejamento da obra de Franco da Rocha com a de outros médicos numa esfera de discussão na qual se incluem nomes que vão de Nina Rodrigues, passando por Arthur Ramos e Afrânio Peixoto, até Manoel Bonfim, tendo-se como pano de fundo um contexto histórico e intelectual permeado por prescrições médicas acerca da construção de uma identidade nacional. Ao final, conclui-se haver uma originalidade na fala de Franco da Rocha o qual, ao esboçar sua explicação da etiologia social da loucura, faz uso de um senso crítico quanto aos contornos da estrutura social que vê, fato que se comprova na multilateralidade de seus temas. Se por um lado não descartava a teoria da degenerescência nem da eugenia, por outro não reproduziu as mais pessimistas opiniões sobre a miscigenação racial e a presença do negro na constituição do caráter nacional, servindo como uma ponte entre as alternativas de explicação do Brasil empreendidas por outros médicos.

Autor (a): Ricardo Silveira Orlando

Orientador (a): Maria Teresa Miceli Kerbauy

Título: A gestão compartilhada em áreas de proteção ambiental: a experiência do Conselho Gestor das APAS Cabreúva, Cajamar e Jundiá – SP

Nível: Doutorado

Defesa: 05/05/2010

Resumo: Apesar da maior relevância adquirida nas últimas décadas, o debate ambiental global promovido nas grandes conferências patrocinadas pelas Nações Unidas tem encontrado dificuldades para se transformar em ações concretas para a sustentabilidade. Contudo, contribuiu, nos níveis mais locais, para a criação de novos arranjos institucionais e novas formas de planejamento cuja tônica é a participação, a democratização e a descentralização dos processos políticos como requisitos à sustentabilidade – o que chamaremos nesse trabalho de “governança ambiental”. A ideia que norteia este trabalho é a de que o envolvimento e a participação democrática dos atores sociais são fundamentais para incorporar maior legitimidade e eficiência às políticas públicas, especialmente àquelas que se relacionam com a temática ambiental, deslocando o eixo das discussões e da tomada de decisões de um aparato estatal-tecnocrata para espaços socialmente mais representativos. Assim, o alcance do planejamento e das políticas ambientais dependeria da qualidade da

interação e das sinergias entre os representantes do Estado e a sociedade civil – a formação e os efeitos dos estoques de capital social. A participação dos atores sociais, propondo parcerias na gestão pública, pode contribuir para uma discussão mais democrática e propositiva com o Estado. Através de um estudo de caso sobre o Conselho Gestor das Áreas de Proteção Ambiental Cabreúva, Cajamar e Jundiá, realizado entre os anos de 2006 e 2009, pretende-se compreender as possibilidades e os limites da gestão compartilhada em Unidades de Conservação de Uso Sustentável com base nos pressupostos teóricos do capital social, considerando os inúmeros interesses envolvidos no processo e as próprias dificuldades inerentes aos debates efetuados em espaços participativos e plurais.

Autor (a): Rogério Pereira de Campos

Orientador (a): Enrique Amayo Zevallos

Título: As relações Brasil-Peru de 2003 a 2008 e o fator (des) integrador da Amazônia

Nível: Mestrado

Defesa: 24/05/2010

Resumo: Esse trabalho visa abordar as relações econômicas, políticas e sociais entre Brasil e Peru no período do governo Lula de 2003 a 2008, intervalo no qual as relações entre os países se intensificaram e rumaram para uma aproximação dos dois blocos econômicos principais da América Latina, o Mercado Comum do Sul – Mercosul e a Comunidade Andina de Nações – CAN. Sendo esses dois países os principais membros de seus respectivos blocos econômicos e com a proximidade atual nas políticas dessas nações, poderemos analisar o comportamento geral dessas duas regiões. Levando-se em conta que essa discussão envolve quase toda América do Sul, torna-se relevante o debate sobre a proteção, utilização e desenvolvimento da Amazônia – compartilhada pelo Brasil e os países da CAN – tendo em vista a importância internacional da região e a cobiça de seus recursos naturais. O que acontece com a floresta amazônica pode ser um fator positivo ou negativo na realização de uma futura união sul-americana e provavelmente será o fator determinante da questão.

Autor (a): Simone de Loiola Ferreira

Orientador (a): Dagoberto José Fonseca

Título: Adolescentes negros: dentre a inclusão e a resistência, a prática de atos infracionais

Nível: Mestrado

Defesa: 24/03/2010

Resumo: O presente trabalho apresenta a análise do sentido de inclusão e/ou de resistência da prática de atos infracionais por adolescentes negros do município de Uberlândia – MG. Para isso buscamos contextualizar as ações destes sujeitos quando transgridem a ordem social vigente, sob as leituras histórica étnico-racial e social, desde o Brasil colônia até os dias atuais. A base para esta investigação é o estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos da América, que trouxe questões como a cultura de consumo, os crimes contra a propriedade e influências advindas de grupos heterogêneos (crime organizado, tráfico de drogas). Estas questões servem para refletirmos sobre o fato de sujeitos com idade, raça e classe social em específico serem maiorias nas estatísticas sobre este problema na sociedade brasileira, algo analisado por nós, muito mais pelo prisma da formação histórica desta sociedade que tem discriminado as diferenças étnico-raciais ao justificar as desigualdades sociais atribuídas a este público, do que pela responsabilidade propriamente dita que eles possam ter pelos atos transgressores.